

Palestra sobre "O Empresário na Democracia Moderna", proferida em 13/08/81, em reunião-almoço oferecida pela Associação dos Dirigentes de Vendas no Brasil

Meus amigos,

Minhas primeiras palavras são para testemunhar a coragem demonstrada por vocês ao gastar parte de seu tempo discutindo, neste almoço, as dificuldades brasileiras.

Afinal, neste momento em que a manutenção de políticas restritivas de normalização econômica é um dado irrecusável, deixar de lado por algumas horas os interesses imediatos de suas empresas é, acima de tudo, uma demonstração de desprendimento.

Por isso, minhas segundas palavras são de agradecimento ao convite a mim formulado para compartilhar de suas expectativas quanto à possibilidade de um país estável, justo e democratizado.

Como o tema deste discurso diz respeito ao papel do empresário na democracia moderna, espero que compreendam meu realismo ao escolher, para ponto de partida, o resultado paradoxal de nosso recente progresso: o fato de formarmos a 8.^a economia mundial, em termos de PIB, mas com uma população cujos segmentos menos favorecidos apresentam índices de pobreza próximos aos das nações atrasadas.

Isso me faz confessar, desde já, minha desconfiança nos que acreditam nos regimes fortes como os únicos capazes de imprimir racionalidade às decisões econômicas, considerando os mecanismos democráticos vulneráveis à demagogia e ineficientes para o desenvolvimento.

A esses, lembro a história do nosso País, especialmente a dos últimos 17 anos. Ela tem demonstrado, de modo cristalino, que o desenvolvimento alcançável pela via autoritária não está imune a

./.

./.

graves distorções na fixação de prioridades. Tem ensinado, ainda, que o simples crescimento da economia não significa, necessariamente, melhoria das condições de vida da população. Tem mostrado, finalmente, que os burocratas se valem do poder autocrático para expandir e proteger tudo o que está sob seu domínio ou usufruto imediato.

Portanto, falo a vocês como alguém que, consciente e convicto, já fez uma opção partidária. Falo como um executivo convertido em político por opção própria, almejando tê-los ao lado num futuro próximo. Pois a abertura política tem exigido de todos uma alta parcela de responsabilidade - e o sentido pluralista do processo de distensão é uma necessidade incontornável.

Numa democracia moderna, contudo, esse pluralismo tem de ser canalizado por lideranças legítimas e órgãos representativos vigorosos, sob pena dos esforços em prol da liberalização se esvaírem em retóricas inúteis. E nós, brasileiros, temos o sentido da urgência: já não aceitamos continuar como espectadores das decisões de dirigentes sem mandato.

Hoje, não existem mais condições para o funcionamento de um regime fechado em si mesmo, imune a qualquer controle político de seus atos. Em virtude da crise energética que exacerbou o alto custo social do autoritarismo, nosso sistema político foi obrigado a se abrir para compensar a crise crônica de legitimidade representativa, denunciada pelo crescente apoio da população urbana às oposições.

Portanto, vivemos um momento em que a participação efetiva não é, somente, um direito arduamente conquistado. É, também, uma difícil obrigação. Uma responsabilidade permanente, pois

./.

./.

a concepção pluralista de um Brasil industrial democratizado não se cumpre, apenas, com um número maior de partidos.

Os partidos são importantes para uma democracia, é verdade. Mas, sozinhos, não são suficientes para consolidá-la. Mesmo porque as regras eleitorais muitas vezes são pervertidas pelos mais tenebrosos casuísmos que viciam a representatividade das urnas.

Mesmo que não existissem pragmatismos de toda ordem, os partidos também não conseguiriam extravasar as múltiplas e conflitantes reivindicações sociais. Por isso, outros mecanismos tornam-se indispensáveis à conquista da democracia moderna.

Sem uma imprensa crítica, atuante e livre, nem o debate político atinge a todos, nem os donos do poder conhecem limites às suas ambições. Sem universidades independentes, a ideologia do Estado é convertida em verdade oficial e a ciência transformada em massificante instrumento de dominação.

Sem sindicatos trabalhistas representativos e legítimas entidades de classe, as relações entre trabalho e capital são falseadas por regimes corporativos - e a liberdade se torna uma palavra vazia de sentido, transformando os acordos em jogos de aparência incapazes de viabilizar as aspirações nacionais.

Somente a partir de uma efetiva interação entre partidos, imprensa, sindicatos e entidades de classe é que uma sociedade pode conhecer-se em sua pluralidade. Somente a partir de um adensamento real das formas de participação é que os brasileiros podem conhecer-se nas suas próprias contradições e nos seus antagonismos.

Um conhecimento capaz de filtrar tendências, impor rumos, rejeitar provocações anti-democráticas criminosas e exigir o respeito à Constituição. Um conhecimento capaz de controlar o poder decisório, reduzindo a dimensão dos erros possíveis e facilitando maior equilíbrio entre enganos e acertos.

Meus senhores,

Sem dúvida alguma, o empresário é um participante significativo na construção dessa democracia. Sua responsabilidade é imensa e superior aos inevitáveis riscos do mercado. Pois, como empreendedor, ele é responsável pela circulação de riquezas, pela geração de impostos, pela criação de empregos.

Por isso, o empresário não pode furtar-se ao engajamento partidário. E se quiser dar sua contribuição decisiva à democratização não pode limitar sua atuação política exclusivamente à esfera das entidades de classe.

Se o fizer, estar-se-á enfraquecendo politicamente. E, assim, tornar-se-á cada vez mais sujeito às críticas infundadas dos tecnocratas que, não conseguindo gerir as dificuldades econômicas, sempre estão em busca de pretextos e bodes expiatórios.

Há alguns meses, por exemplo, cobrou-se das empresas uma função social que consistia na renúncia ao lucro, esquecendo-se de que é ele que estimula o risco de novos investimentos. Há poucas semanas, acusou-se também o setor empresarial de ser excessivamente dependente dos incentivos estatais, esquecendo-se de que essa presunção de paternalismo esconde duas coisas: um Estado que concentra 60 a 70% da poupança nacional e um débil mercado de capitais, incapaz de permitir um nível adequado de capitalização.

Olhando para o passado com serenidade, podemos ver a dimensão do erro cometido por aqueles empresários que se confinaram ao espaço de suas entidades. A omissão partidária custou-lhes a perda de influência. E, aos olhos da sociedade, os verdadeiros empreendedores deixaram fundir-se, numa mesma imagem, com os especuladores imobiliários, os parasitas, os estelionatários de colarinho branco.

A omissão política também os levou a aceitar um estilo de articulação com as autoridades baseado em negociações individuais, deixando a falsa impressão de que a classe como um todo estava satisfeita em desfrutar de uma via direta ao poder. E as consequências foram desastrosas configurando um capitalismo de Estado anti-democrático, anti-nacional e inflacionário.

De um lado, porque a tática de negociações caso a caso provocou uma perigosa fragmentação dos próprios setores produtivos, prejudicando sensivelmente as pequenas e médias empresas. O que não apenas gerou uma inadmissível política de favorecimentos, como estimulou uma corrupção irreprimida que favoreceu a acumulação dos oportunistas às custas dos recursos da nação.

De outro, porque o tratamento individualizado de interesses pode ter resguardado, para alguns, o acesso aos palácios. Mas, na prática, enfraqueceu a representação global do empresariado, esvaziando suas críticas às composições autoritárias dos investimentos públicos.

O desgaste de aliança militar-tecnocrática, iniciado em 73 com a crise energética, tornou evidente essa fragilidade política dos verdadeiros empreendedores. Porém, ao mesmo tempo, abriu possibi

lidades para que pudessem reconquistar o espaço perdido nos diferentes níveis, seja renovando as lideranças das entidades de classe, seja ignorando nos novos partidos.

E essa participação hoje se faz necessária, pois as atuais dificuldades econômicas comprovam que o desenvolvimento, por si, não produz a paz social. Pelo contrário, provoca expectativas de maior renda e consumo num contexto de recursos escassos e de limitações de matérias primas, ampliando tanto o endividamento externo quanto as frustrações internas e levando a sociedade a gastar numa proporção maior do que sua capacidade de produzir.

Meus amigos,

Esse quadro demonstra que a moderna democracia não é, nem pode ser, simples desdobramento de altas taxas de PIB. O custo social de investimentos em faraônicas obras não reprodutivas apenas revela o quanto os regimes autoritários são vulneráveis à incompetência gerencial. A ausência de uma política industrial articulada e a inexistência de explícitos objetivos de política econômica a médio e longo prazo são uma prova disso.

A democracia, como todos sabem, não se limita às transformações no controle das instituições públicas. Significa, também, a liberdade de manifestação do pensamento e de iniciativa econômica. Significa a responsabilidade de convivência com instituições livres, capazes de amortecer os inevitáveis conflitos de uma economia capitalista. Significa a garantia de negociações diretas e a existência de associações civis de todo tipo, rumo a um pluralismo institucional que garanta a cada cidadão a diversidade dos meios de expressão.

Para que uma democracia prevaleça, é preciso que os grupos e classes aprendam a respeitar-se, pois, onde não há autoridade moral, não há credibilidade. E onde não há credibilidade também não há pacto algum em condições de perdurar e de se legitimar.

Para que uma democracia seja conquistada, é preciso renunciar à ilusão de que um futuro melhor será possível apenas por decretos.

Para que uma democracia seja consolidada, é preciso acabar com aquela visão do Estado como o responsável exclusivo por tudo que se passa entre nós, como se ele fosse o demiurgo do mundo moderno e provedor inexaurível de benefícios sem a contrapartida de obrigações.

Para que uma democracia possa existir, em suma, não bastam novos estatutos jurídicos, pois não se pode olvidar as condições sociais de seu exercício. O compromisso democrático depende de seu reconhecimento, como instituição, por todos os brasileiros. E esse compromisso jamais se tornará viável por determinação de um burocrata qualquer.

O que tornará possível esse compromisso é a incorporação de seus valores básicos, como pontos intocáveis, em nossas consciências. O que tornará exequível é um contínuo processo de interação entre diferentes níveis de órgãos representativos, concentrando tendências e posições em torno da defesa dos valores fundantes de uma ordem sócio-econômica em que a legitimidade não seja mera questão de eficiência.

Numa palavra, o que tornará realidade a democracia é a conciliação das variáveis macroeconômicas - crescimento, inflação,

desemprego e contas externas - com um projeto político explicitamente definido por uma sociedade aberta e organizado a partir tanto de um regime de mercado quanto de um ideal de justiça social.

Meus senhores,

Diante de nós, neste momento, está a obrigação de construirmos uma ponte sobre o abismo criado entre o homem de hoje e o país do futuro. A crise brasileira, evidentemente, é inquietante. Ela envolve o risco de que as quotas de sacrifício sejam repartidas de modo desigual, penalizando os setores menos favorecidos, os quais jamais foram ouvidos mesmo quando as dificuldades eram ofuscadas por um progresso meramente quantitativo.

Contudo, essa crise não significa a ausência de meios para a construção de um grande país, mediante o reencontro do Estado com sua sociedade civil num amplo pacto democrático. Esses meios existem, e o empresário nacional sabe muito bem disso.

Ele sabe, por exemplo, que a institucionalização de novas formas públicas de regulação sócio-econômica tornou-se um fato irreversível no desenvolvimento capitalista. Ele sabe, também, que as dificuldades de relacionamento entre os setores público e privado residem menos no princípio da intervenção e mais nos abusos de sua execução, dada a inexistência de Legislativo com prerrogativas e de eleições sem casuísmos.

Por isso, não basta gritar contra os malefícios das progressivas transformações das funções estatais. Nem, muito menos, confundir submissão com vantagem. É preciso diferenciar os avanços inconstitucionais do Estado das tentativas do Executivo de ampliar o

domínio sobre seus próprios instrumentos decisórios.

E, mais do que identificar quem está nos cargos de comando, é necessário ter consciência de onde partem as orientações sobre a aplicação dos investimentos públicos, sobre a centralização da receita tributária, sobre a distribuição do peso dos impostos, sobre a definição de áreas de atuação e sobre a fixação coerente das prioridades.

Portanto, já que deseja um capitalismo moderno e saudável, em condições de realizar as transformações estruturais por todas reclamadas, o empresário tem de ter coragem para se lançar decididamente às lides partidárias. Sob pena de, caso não se engaje agora nos esforços em prol de um reformismo social, ter de enfrentar no futuro as ameaças de radicalismos revolucionários.

Meus amigos e pacientes ouvintes,

Permitam-me agora terminar, desculpando-me pelo tempo tomado. Minhas palavras finais são para testemunhar, novamente, sua demonstração de civismo em discutir as razões pelas quais o empresariado deve passar a jogar um jogo que não comporta nem paternalismo nem omissões.

Se avancei na hora, é porque sei que nossas inquietações dizem respeito à forma pela qual caminharemos o longo percurso rumo a uma sociedade mais aberta que, dadas nossas limitações de recursos e de nossas potencialidades, permita substituir o arbítrio pelo consenso como fórmula democrática para a superação de nossos impasses.

Muito obrigado.